

## O GOLPE DE 2016, A RESISTÊNCIA À DEMOCRACIA E OS PAPÉIS DA ESQUERDA NO BRASIL

The coup of 2016, resistance to democracy and the roles of left in brazil

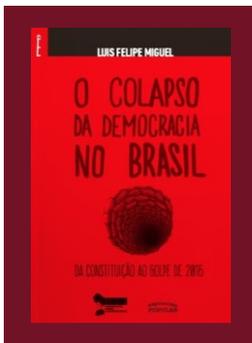
Marcos Abraão **RIBEIRO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense campus Campos Centro (IFF), Campos dos Goytacazes-RJ

olamarcos@yahoo.com.br

<http://orcid.org/0000-0002-6185-2448> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●



MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**. Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019. 213 p.

**PALAVRAS-CHAVE:** Golpe de 2016. Resistência à democracia. PT. Esquerda.

**KEYWORDS:** Coup of 2016. Resistente to democracy. PT. Left.

O golpe parlamentar de 2016 (SANTOS, 2017), que retirou a presidente Dilma Rousseff (PT) do poder, trouxe questões centrais do pensamento político brasileiro à ordem do dia, como o autoritarismo e os impasses à consolidação da democracia no Brasil. Estes temas foram centrais, sobretudo, na década de 1970, quando foram publicados trabalhos, hoje clássicos, que tinham como objetivo compreender o processo de modernização conservadora e, conseqüentemente, o regime autoritário instaurado em 1964, através de um golpe de Estado. Como exemplo da centralidade desses temas, podemos citar os trabalhos de Florestan Fernandes (2006), Raymundo Faoro (2008), Simon Schwartzman (1988) e Fernando Henrique Cardoso (1975).

Nas décadas de 1980 e 1990, o tema do autoritarismo e as explicações do golpe cederam lugar para questões como sociedade civil, movimentos sociais, cidadania, participação, reforma do Estado, descentralização, desigualdade. Ou seja, a discussão agora girava em torno dos elementos necessários para consolidar e aperfeiçoar o regime democrático no Brasil. Com a promulgação da Constituição de 1988, somada a sete eleições seguidas para presidente da República, tivemos como suposto que o sistema democrático havia se consolidado, e que as tarefas necessárias deveriam ser aquelas voltadas para a consolidação do sistema, através do enfrentamento de dilemas como a profunda desigualdade social.

Em 2013, ocorreram as “jornadas de junho”, que tiveram como elemento inicial a luta por melhores serviços públicos em áreas como transporte, saúde, educação e moradia, mas que logo se transmutaram em críticas ao governo Dilma Rousseff, sobretudo com ênfase no tema da corrupção. Mesmo com o aumento das críticas ao governo, acrescida da queda de popularidade, a presidente Dilma conseguiu a reeleição em outubro de 2014, com uma margem diminuta em relação ao seu opositor, o então senador por Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB). Com a derrota no segundo turno, Aécio e seu partido questionaram o resultado eleitoral, e tiveram como posicionamento não deixar a presidente eleita governar. Somado ao inconformismo da oposição com a derrota, Dilma Rousseff aplicou uma política econômica contrária àquela que havia apresentado durante o período eleitoral. A impopularidade da presidente, adicionada à insatisfação popular e à crise econômica que se instalara no país, foram os elementos fundamentais que nos ajudam a compreender o contexto que levou ao golpe de 2016, que retirou a presidente do cargo no dia 31 de agosto daquele ano.

A partir do golpe parlamentar (SANTOS, 2017), os temas do autoritarismo e dos dilemas da democracia no Brasil voltaram com toda a força. Com isso, temos os seguintes questionamentos a serem respondidos: por que tivemos mais uma ruptura democrática? O golpe de 2016 assemelha-se ou não ao golpe de 1964? Possuímos uma essência autoritária que explica o momento atual? Qual o papel das elites no golpe? Qual a importância dos meios de comunicação e da direita para mais uma ruptura democrática? Eis algumas perguntas que obras escritas por autores contemporâneos como Souza (2016, 2017), Santos (2017), Schwarcz (2019) e Miguel (2019), que será objeto desta resenha, procuram responder. O cientista político Luis Felipe Miguel desenvolve uma análise com objetivo de elucidar o seguinte questionamento: por que o sistema democrático ruiu no Brasil? Para tanto, o autor divide seu livro em introdução, cinco capítulos e conclusão cujos elementos principais apresentarei para fazer, em seguida, algumas considerações sobre mais uma importante interpretação a respeito do golpe de 2016.

No primeiro capítulo, Miguel realiza uma análise teórico-conceitual sobre a democracia, a partir da pluralidade de sentidos existentes no conceito. De forma conjunta, o autor desenvolve uma importante relação entre democracia e desigualdades, que é questão central no mundo contemporâneo. Com isso, é apresentada uma interpretação crítica sobre o sistema democrático representativo em sua relação complexa e problemática com o capitalismo, pois a representação funciona como vetor da reprodução de desigualdades (MIGUEL, 2019, p. 38). A partir da exposição em perspectiva global, Miguel defende que a democracia no Brasil só existe na letra da lei, uma vez que há, de fato, uma importante fragilidade no sistema representativo nacional. Um exemplo da fragilidade do regime poderia ser observado através do caráter avançado e, ao mesmo tempo, limitado, da Constituição de 1988, cujos avanços só estavam mais fortes no âmbito do discurso. Ao mesmo tempo, o autor apresenta os militares como portadores de um papel político central no país, pois seriam árbitros dos conflitos entre os poderes. Desta forma, a neutralidade das Forças Armadas seria um grande equívoco quando refletimos sobre seu posicionamento político nos conflitos nacionais.

No segundo capítulo, o autor realiza uma exposição crítica sobre o Partido dos Trabalhadores. A abordagem foca desde a fundação do partido, passando pela tomada de protagonismo como principal liderança da esquerda, até a saída do comando do país, devido ao golpe de 2016. Miguel assinala o purismo ético que havia marcado o surgimento do partido e sua postura enquanto esteve na oposição, e o pragmatismo sem controle



exercido por ele após a vitória nas eleições presidenciais de outubro de 2002. O autor expõe, portanto, a significativa metamorfose vivida pela PT, pois passou de uma recusa ética ao sistema político a uma conciliação desmedida na Presidência da República. O partido passou de uma luta pela igualdade substantiva para a defesa da igualdade de oportunidades (MIGUEL, 2019, p. 69). Ao mesmo tempo, Miguel critica o que chama de excesso de realismo do partido, bem como a redução drástica da dimensão utópica enquanto esteve no comando do país. O autor ainda defende que a aceitação pelo PT de parte do jogo político tem como consequência a criminalização do partido e da esquerda como únicos culpados pela corrupção. Miguel, portanto, analisa as transformações internas e as fragilidades e contradições do projeto de conciliação desenvolvido pelo PT. O cientista político também critica o projeto conciliador, que, ao fim e ao cabo, foi elemento significativo para explicar o golpe. Precisamente, neste capítulo, o autor defende que as escolhas e ações realizadas pelo Partido dos Trabalhadores também foram importantes para explicar a ruptura democrática de 2016.

No terceiro capítulo, o cientista político aborda a recomposição histórica da direita brasileira, que foi um ator decisivo para a ruptura democrática, o pragmatismo do PT e os efeitos da criminalização do partido. Miguel apresenta as mudanças internas do Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB), e como o partido e os extremistas se tornaram oposição ao PT. Ao mesmo tempo, o autor aborda o conteúdo presente entre os participantes da extrema direita, como o libertarianismo, que confunde livre mercado com liberdade, e o fundamentalismo religioso que, segundo Miguel (2019, p. 103), gerou líderes religiosos no Parlamento que têm uma postura de novos coronéis da política brasileira.

A exposição sobre as vertentes da extrema direita é realizada para defender que elas não possuem uma relação estanque ou mesmo de sobreposição, uma vez que representam a construção de um programa *sui generis* de direita para o Brasil: “(...) segundo o qual o Estado deve se abster de interferir nas relações econômicas e de prover serviços, mas regular fortemente a vida privada em defesa da família tradicional, contra a homossexualidade e contra os direitos das mulheres” (MIGUEL, 2019, p. 105). Esse projeto, fruto da junção entre fundamentalismo religioso e presença da mídia alternativa, representou, segundo Miguel, um elemento decisivo para a naturalização da desigualdade e da opressão.



Após demarcar o peso central da extrema direita para a queda do PT, Miguel retoma a discussão do capítulo anterior sobre o pragmatismo sem limites do partido, bem como o caráter limitado das mudanças levadas a cabo por ele. Com isso, o autor aponta como a mudança social foi limitada no Brasil, pois se restringiu ao consumo. De forma conjunta, o cientista político aborda o discurso da mídia e a visão seletiva e maniqueísta da corrupção que foi reproduzida, pois foi reduzida ao PT. Além de retomar o argumento sobre as limitações das transformações desenvolvidas pelo Partido dos Trabalhadores, o autor termina o capítulo assinalando o caráter ideológico das ações realizadas pela direita e o caráter ultraconservador da elite brasileira, pois recusa trilhar os caminhos da civilização.

No quarto capítulo, Miguel enfatiza a natureza antidemocrática dos meios de comunicação para, conjuntamente, defender o papel central que eles tiveram no golpe que retirou a presidente Dilma Rousseff do poder. O autor demarca a ausência de pluralismo nos meios de comunicação e seu papel central nas conjunturas políticas, bem como constrói uma crítica às empresas de comunicação. Mesmo ponderando a existência de evolução na cobertura jornalística durante as eleições de 1998 e 2002, o autor defende que os meios de comunicação tiveram um envolvimento político direto nas eleições que ocorreram entre 2006 e 2014. Houve, de fato, debates sem pluralismo e o enfraquecimento da cidadania (MIGUEL, 2019, p. 136).

O que caracteriza as empresas de comunicação, portanto, é o seu partidarismo, que, nos últimos anos, se transmutou em antipetismo. Outra questão de grande relevância abordada no capítulo é a regulação dos meios de comunicação, pois estes consideram liberdade de expressão no Brasil a simples ausência de intervenção estatal, e não o pluralismo de ideias e posições. Com os pontos abordados, Miguel procura sustentar o papel decisivo que os meios de comunicação de massa tiveram para a realização do golpe em 2016.

No quinto capítulo, Miguel retoma os elementos tratados nos outros capítulos para, juntamente com as questões abordadas neste, construir uma interpretação plural sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff. O autor não realiza uma exposição cronológica dos elementos que levaram ao impeachment, mas aborda os quatro fatores que foram decisivos, segundo sua análise, para a queda da presidente Dilma Rousseff: 1) Percepção de que era necessário encerrar o ciclo petista – tese central do livro; 2) Fissão entre o PT e sua base eleitoral; 3) Tentativa de Dilma romper com o pacto lulista; 4) Capitulação de

Dilma no início do segundo mandato. Estes quatro movimentos explicam, portanto, a ruptura da conciliação petista e, conseqüentemente, da própria democracia na argumentação de Miguel.

O autor remonta à discussão sobre o PT para defender que constituímos um experimento democrático limitado, como a acomodação do partido ao sistema político demonstrou sobejamente, sobretudo se o purismo ético do partido antes de assumir a Presidência for levado em consideração. O autor aprofunda sua crítica ao PT defendendo que o lulismo teve um caráter desmobilizador em sua ação junto aos movimentos sociais. Miguel também coloca o papel dos Estados Unidos no processo de impedimento de Dilma Rousseff como questão a ser estudada pelas futuras pesquisas, pois sua importância não pode ser desconsiderada. Como pontos decisivos, o cientista político enfoca o ativismo judicial de membros do Poder Judiciário, a atuação da Lava Jato e do então juiz Sérgio Moro contra o PT.

Nas considerações finais, Miguel defende que houve uma aliança eclética para destruir a democracia, ou seja, a ação da elite política que percebia a queda de Dilma Rousseff como oportunidade para barrar as investigação sobre corrupção, grupo liderado por Michel Temer e outros personagens importantes do então PMDB<sup>1</sup>, de segmentos ligados ao capital internacional, cujo objetivo é abrir os interesses nacionais ao capital internacional e que tem o PSDB paulista como núcleo, e setores do empresariado presentes no campo e na cidade (MIGUEL, 2019, p. 179). Ao mesmo tempo, reafirma que existe uma crise global da democracia, mas que, no Brasil, torna-se mais grave em virtude de nosso processo histórico, demonstrado pela aliança formada contra a democracia. Desta forma, Miguel (2019, p.180-181) defende que o Brasil possui protagonismo no autoritarismo contemporâneo, pois tem gerado uma realidade mais hierárquica, misógina, homofóbica, anti-intelectualista e violenta. O autor, portanto, apresenta os efeitos autoritários e anti-civilizatórios do golpe, como o governo Bolsonaro, para trazer de forma articulada o elemento normativo do seu livro.

O cientista político propõe algumas sugestões para a reorganização da esquerda e a construção de uma agenda efetivamente transformadora da realidade social. O primeiro elemento normativo é repensar a relação entre a esquerda e a democracia eleitoral, uma

---

<sup>1</sup> O partido modificou seu nome para Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em convenção realizada no dia 19 de dezembro de 2017.

vez que trouxe apenas avanços frágeis e progressos limitados (MIGUEL, 2019, p. 189). Ao mesmo tempo, deve ser construído um campo popular que proponha transformações efetivas, pois o caráter desmobilizador do lulismo e a desconfiança com os instrumentos tradicionais de luta tornam a questão imperiosa. De forma concreta, Miguel observa nos coletivos caminhos para a mudança social, mesmo reconhecendo o idealismo e a fragilidade presentes neles. A saída para o campo progressista, portanto, é observar os erros do passado e se organizar para a luta política do presente e do futuro. Eis o sentido pedagógico do livro do cientista político Luis Felipe Miguel.

O livro resenhado apresenta uma importante análise sobre a democracia, o Partido dos Trabalhadores, os meios de comunicação e a direita, que auxilia a construção de um retrato mais amplo do golpe de 2016 e dos fatores que foram decisivos para a sua realização. A interpretação do cientista político vem se somar a outras contribuições sobre o impeachment de Dilma Rousseff, como os trabalhos de José Maurício Domingues (2017), que faz uma importante análise sobre a esquerda e seus dilemas no Brasil contemporâneo; a interpretação de Jessé Souza, que realiza uma abordagem cronológica dos fatos que foram decisivos para o golpe de 2016, sobretudo o papel da Rede Globo; ao trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos (2017), que propõe uma teorização do impedimento da presidente como golpe parlamentar, e também aborda os desafios do sistema democrático em sua relação problemática com o capitalismo contemporâneo.

O enfoque crítico sobre o PT possibilita que observemos como o partido também tem a sua parcela de responsabilidade no golpe. Ao mesmo tempo, podemos contrapor narrativas como a de Souza (2016, 2017), para quem o PT aparece com grande vítima das ações orquestradas pela *elite do atraso*. O foco de Miguel nos meios de comunicação e na direita ampliou a explicação sobre um dos momentos mais dramáticos da vida política nacional. Portanto, o livro contribuiu para a ampliação do nosso entendimento do complexo e intrincado golpe de 2016.

O trabalho, voltado para o grande público, possui um encaminhamento normativo, pois tem como elemento decisivo apresentar um caminho alternativo para a organização da esquerda, a fim de que se enfrentem os retrocessos autoritários derivados do golpe. Acredito que a dimensão normativa do trabalho deveria ter sido exposta de forma mais elaborada, para que pudéssemos compreender como, por exemplo, os coletivos sociais podem ocupar um papel central na resistência democrática no lugar dos tradicionais espaços de luta, como sindicatos e partidos políticos. A dimensão normativa poderia ter



sido apresentada da mesma forma como o autor critica o pragmatismo excessivo do Partido dos Trabalhadores e sua conseqüente acomodação ao sistema político. Em um mundo carente de utopias políticas, somado ao ataque à ciência e ao conhecimento produzido pelas universidades, a formulação de propostas de transformação profunda da realidade, em publicações que analisam a realidade a partir do ponto de vista dos dominados, é fundamental. Mesmo com essa ponderação, é necessário enfatizar a importância da dimensão pedagógica presente no livro, que oferece a possibilidade de observarmos os erros cometidos pela esquerda quando ocupou o poder e, o mais importante, nos fornece condições de reconectá-la à transformação profunda da realidade.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DOMINGUES, José Maurício. **Esquerda: crise e futuro**. Rio de Janeiro: Maud X, 2017.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4ª ed. Porto Alegre/São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Globo: 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**. Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. Entenda como e por que você foi enganado. São Paulo: LeYa, 2016.

SOUZA, Jessé. **A Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. São Paulo: Leya, 2017.



## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA

O GOLPE DE 2016, A RESISTÊNCIA À DEMOCRACIA E OS PAPÉIS DA ESQUERDA NO BRASIL

### Marcos Abraão Ribeiro

Doutor em Sociologia Política (UENF)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense campus Campos Centro (IFF), Campos dos Goytacazes-RJ.

olamarcos@yahoo.com.br

 <http://orcid.org/0000-0002-6185-2448>

### LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

### PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

